

MATÉRIAS EM DESTAQUE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pauta da Sessão dia: 26/03/2024

ENTRA NA PAUTA DA CCJ

1 – PL 49/2024

Autor: Deputado Mário Motta- PSD

Relator: Deputado Napoleão Bernardes - PSD

Entra na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que dispõe sobre os princípios e diretrizes para o uso da inteligência artificial na Administração Pública do Estado.

Dentre os direitos das pessoas afetadas pelos sistemas de inteligência artificial previstos na proposta legislativa, estão: I) direito à informação prévia quanto às interações com os referidos sistemas; II) à explicação acerca de decisão, previsão ou recomendação dada pelos mencionados programas; III) à contestação sobre decisões que produzam efeitos jurídicos ou impactem significativamente os interesses dos envolvidos; IV) à participação humana nas decisões dos programas de inteligência artificial; V) à não discriminação, assim como à correção de vieses discriminatórios, sejam eles indiretos, diretos, ilegais ou abusivos e, ainda, VI) à privacidade, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Além disso, dentre as diretrizes do Estado para o uso da inteligência artificial em sua atuação, a legislação em discussão prevê mecanismos de governança multiparticipativa, entre o Governo, setor empresarial, sociedade civil e acadêmica.

2 – PL 63/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes - PSD

Relatora: Deputada Ana Campagnolo - PL

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que pretende instituir no Estado o “Abril da Tulipa Vermelha”, a ser dedicado às ações de conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Os principais objetivos da proposição legislativa são a divulgação do tema na comunidade para promover o diagnóstico precoce e estimular profissionais com diferentes áreas para que contribuam com o aumento da qualidade de vida das pessoas com Parkinson.

3 – PL 69/2024

Autor: Deputado Marcius Machado - PL

Relator: Deputado Tiago Zilli - MDB

Entra em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que quer ampliar os investimentos públicos no Programa de Habitação Popular – NOVA CASA, instituído pela Lei Complementar n. 422/2008.

Se aprovada a proposição legislativa, os deputados estaduais poderão, por meio de emendas impositivas, destinar recursos públicos do Estado para os programas de habitação popular, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda.

4 – PL 31/2024

Autor: Deputado Tiago Zilli - MDB

Relator: Deputado Napoleão Bernardes – PSD

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que tem por objetivo garantir o atendimento especializado na rede pública estadual da doença chamada epidermólise bolhosa.

A condição se caracteriza pela formação de bolhas na pele por conta de mínimos atritos ou traumas, e já manifesta desde o nascimento, por ser hereditária. As crianças são conhecidas pelo termo “Crianças Borboletas”, pois a sua pele se assemelha às asas

de uma borboleta, devido à fragilidade provocada pela alteração nas proteínas responsáveis pela união das camadas da pele.

A proposta em discussão pretende obrigar o Estado a oferecer consultas, exames, diagnóstico da doença, além de curativos, medicamentos e o atendimento especializado com equipe multidisciplinar, respeitados o protocolo específico do Ministério da Saúde sobre o tema.

O projeto de lei assegura aos portadores da referida doença, ainda, o direito a obterem incentivos fiscais e tarifários de energia elétrica, e proíbe a concessionária dos serviços públicos de efetuar o corte da energia elétrica na residência desses pacientes, porquanto necessitam de tratamento contínuo com equipamentos que demandam eletricidade.

SEGUE NA PAUTA DA CCJ

1 – PL 48/2023

Autor: Deputado Jessé Lopes

Relator: Deputado Sérgio Guimarães

Continua em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposta legislativa com a finalidade de equiparar o lúpus eritematoso sistêmico às deficiências físicas e intelectuais para os efeitos dos direitos previstos na Lei 17.292/2017.

Dentre os direitos que serão assegurados estariam o atendimento prioritário nos estabelecimentos públicos e privados do Estado, além do uso de vagas em estacionamentos destinadas às pessoas com necessidades especiais.

O lúpus eritematoso sistêmico apresenta sintomas como cansaço, desânimo e febre baixa, emagrecimento e perda de apetite. A doença não tem cura e o tratamento é de alto custo – razões que justificam o projeto de lei.

2 – PL 137/2023

Autor: Deputado Delegado Egídio - PTB

Relator: Deputado Sérgio Guimarães – UNIÃO BRASIL

Continua na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que trata sobre a venda e distribuição de sacolas plásticas e o uso de embalagens para acondicionamento de alimentos, e disciplina o uso de sacolas e materiais biodegradáveis ou biocompostáveis no Estado de Santa Catarina.

O projeto de lei prevê o prazo de doze meses para a substituição das sacolas por embalagens ecológicas confeccionadas em material biodegradável.

Segundo a proposta, ficam proibidas embalagens confeccionadas à base de polietileno, poliestireno, propileno, polipropileno, ou matérias-primas equivalentes, para o transporte de produtos e mercadorias em geral adquiridas em estabelecimentos comerciais.

A proposição legislativa apenas permite o uso de embalagens originais das mercadorias e de produtos líquidos acondicionados em garrafas.

3 – PL 426/2023

Autor: Deputada Vanessa da Rosa- PT

Relator: Deputado Fabiano da Luz - PT

Segue em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que estabelece a gratuidade das passagens do transporte público estadual aos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos dias de realização das provas.

A isenção abrangerá todas as modalidades de transporte coletivo estadual e intermunicipal.

4 – PL 351/2020

Autor: Deputado Jair Miotto- UNIÃO BRASIL

Relator: Deputado Camilo Martins - PODEMOS

Segue em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que pretende proibir o consumo de cigarro e derivados do tabaco nos *playgrounds* do Estado, espaço destinado às atividades de lazer das crianças.